

A Umbanda do “nós”: a religião na geração da coletividade¹

Elita Maria Mendonça CAVALCANTE²
Antonio Wellington de OLIVEIRA JUNIOR³
Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE

RESUMO

Historicamente, a Umbanda sempre lutou para conseguir se firmar como uma religião no Brasil. A visão preconceituosa encontrada nos documentos e registros do século passado, ainda permeia em alguns circuitos da sociedade brasileira, pois se tem como "senso comum" que a Umbanda não ocupe do mesmo *status* de outras religiões, pois é associada ao estereótipo de "magia negra" e superstição de pessoas ignorantes. Partindo desta noção, este trabalho visa analisar a capacidade da Umbanda em promover um laço comunitário, tornando-se um grupo socialmente e politicamente efetivo; e compreender como os adeptos veem a necessidade de romper com as amarras históricas em prol da reafirmação da religião e de provar o seu valor na sociedade. Este estudo foi realizado pelo método qualitativo por meio de pesquisas bibliográficas.

PALAVRAS-CHAVE: cidadania; comunicação; comunidade; religião.

TEXTO DO TRABALHO

1. A relação histórica entre classes: da completa inaceitação ao direito de legitimação

Historiadores e sociólogos consideram o nascimento da Umbanda por volta de 1920, entretanto, não é possível determinar com muita precisão quando se deu sua origem, pois, como afirma Ortiz (1991), a formação dessa religião é fruto das transformações da sociedade brasileira no processo de industrialização e urbanização. Desta forma, passamos a compreender que há a necessidade de estudá-la sempre dialogando com as mudanças sociais que a circundam.

Não se trata portanto de reencontrar seu foco de irradiação (onde e quando a palavra Umbanda aparece pela primeira vez, tarefa que se revela aliás inútil), mas de compreender como um movimento de desagregação das antigas tradições afro-brasileiras pode ser canalizado para formar uma nova modalidade religiosa. (ORTIZ, 1991, p.32).

¹ Trabalho apresentado no DT 7 – Comunicação, espaço e cidadania do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 29 de junho a 1 de julho de 2017.

² Autora: Mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFC – PPGCOM, email: elita.cavalcante@hotmail.com.

³ Coautor: Professor Dr. Colaborador do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFC – PPGCOM, email: wellington-jr@uol.com.br

A visão depreciativa e o julgamento preconceituoso, aos quais índios, negros, mulatos e pobres foram vítimas durante todo o processo de formação do Brasil, aos poucos foram dando lugar a uma perspectiva menos pessimista que enxergava o valor de suas contribuições na constituição da cultura brasileira. Silva (1994) relata que foi a partir do Modernismo de 1922 que as elites intelectuais romperam com o formalismo artístico e começaram a inserir fortemente as figuras populares brasileiras no movimento, trazendo à tona temas como a vida no campo dos caipiras, as lendas do folclore indígenas e as religiões e tradições dos negros.

Nas primeiras décadas deste século [XX], a questão do negro e sua religiosidade tornam-se inevitáveis para a definição do Brasil buscada pelos intelectuais. Em muitos casos, a valorização desse segmento formador da cultura nacional se fez juntamente com a adesão dos intelectuais ao seu universo religioso. [...]

Foi nesse contexto que a classe média branca se uniu à classe pobre, que já frequentava a religião afro-brasileira que viria a se tornar a mais popular da experiência religiosa dos brasileiros, a Umbanda. (SILVA, 1994, p.105, 106).

Sabemos que a história sobre a Umbanda se desenvolveu a partir de muitos conflitos, já que a maioria massiva da sociedade brasileira resistia em não buscar entendê-la e respeitá-la. Ortiz (1991) relata que, antigamente, a regulamentação e permissão de funcionamento de um terreiro só se estabeleciam após o recebimento de uma licença especial dada pela polícia. Desta forma, cada Casa de Umbanda era vigorosamente controlada e perseguida, já que não havia nenhuma organização jurídica que legalizasse sua existência.

Entretanto, no início da década de 1940 já é possível, segundo Silva (1994), que se perceba a existência de um movimento umbandista com uma consciência religiosa mais estabelecida com que os terreiros se identificavam.

O período do Estado Novo (1937-45) foi particularmente contra desenvolvimento dos cultos afro-brasileiros, o que pode ser afirmado pela forte repressão policial. Por outro lado, em decorrência do enaltecimento da cultura popular e dos valores negros, patrocinados pelas elites intelectuais e artísticas (comprometidas com a definição de nossa identidade nacional), muitas brechas se abriram para a continuidade das práticas religiosas afro-brasileiras. (SILVA, 1994, p.113).

Nesse período, a Umbanda começa a ser liderada pelo setor da classe média da população, que passa a almejar uma religião nascida no Brasil, aliando os valores místicos africanos aos valores religiosos do kardecismo e do catolicismo. "Essa religião refletia os anseios de reconhecimento dos segmentos marginalizados (negros, índios, prostitutas, estivadores - pobres em geral)." (SILVA, 1994, p.114).

Os primeiros sinais desse desejo de reconhecimento surgem quando os terreiros umbandistas começam a se organizar. O culto, formado a partir da família-de-santo,

estabelece as condições de hierarquia através do parentesco religioso (característica trazida pelos africanos). Além disso, atribuindo as características do kardecismo, a Umbanda começa a fundar suas primeiras federações. A primeira surgiu em 1939 no Rio de Janeiro, criada por líderes umbandistas, nomeada de União Espírita da Umbanda do Brasil.

Os objetivos das federações, que a partir da década de 1940 começam a proliferar também em outros estados onde a Umbanda foi se expandindo, como São Paulo e Porto Alegre, eram os de fornecer assistência jurídica aos seus filiados contra a perseguição policial, patrocinar cerimônias religiosas coletivas, organizar eventos de divulgação da religião e, na medida do possível, impor alguma regulamentação sobre as práticas rituais e doutrinárias através da administração de cursos e da fiscalização das atividades dos terreiros filiados. (SILVA, 1994, p.115).

Já na década de 1960, com suas alianças políticas e bases mais consolidadas, a Umbanda conseguiu ampliar sua organização e legitimação na sociedade brasileira. Atuando, inclusive, em programas de rádio e com publicações em jornais, ela foi conseguindo um crescente número de adeptos, o que lhe trouxe, aos poucos, a permissão e apoio legais para realizar suas festas publicamente.

Atualmente, com o apoio de políticos umbandistas e a deliberação da Carta Magna de Umbanda^{4 5}, a Umbanda consegue se fortalecer e enfrentar, legalmente, os preconceitos e interpretações errôneas a seu respeito.

2. Umbanda: um grupo identitário

Em todos os espaços sociais encontramos a representação de movimento social, seja no espaço acadêmico, na política, ou em meio aos grupos populares. Gohn (2007) acredita que esta representação parte do princípio de que um coletivo de pessoas busca a conquista de um bem, material ou simbólico, capaz de beneficiá-las em algum aspecto. Porém, esta definição não se dá de maneira tão simples. A autora destaca uma observação de Kriesi (1988) a qual relata que, enquanto as pessoas comuns identificam um movimento social partindo apenas de uma visão homogênea com uma única reivindicação perante a sociedade, para os cientistas sociais estes movimentos estão encarregados de uma série de dimensões, como crenças, valores, diferenças internas de pensamento e práticas sociopolíticas desenvolvidas.

⁴ Através desta Carta Magna de Umbanda podemos cobrar de órgãos governamentais e não governamentais, que respeitem os direitos existentes na Constituição Brasileira colocando este documento como referência de interpretação de nossa religião para se fazer cumprir a lei 7.716 de 5 de janeiro de 1989, alterada pela Lei nº 9.459, de 15 de maio de 1997 contra a Intolerância Religiosa. < <http://movimentopoliticoumbandista.blogspot.com.br/> > Acesso em: 25.06.2016.

⁵ Documento anexado em "Apêndices" página 12.

As diferentes interpretações sobre o que é um movimento social na atualidade decorrem de três fatores principais: primeiro: mudanças nas ações coletivas da sociedade civil, no que se refere a seu conteúdo, suas práticas, formas de organização e bases sociais; segundo: mudanças nos paradigmas de análise dos pesquisadores; terceiro: mudanças na estrutura econômica e nas políticas estatais. Resulta dessas alterações que um conjunto díspar de fenômenos sociais têm sido designado como movimentos sociais. (GOHN, 2007, p.243).

Para que sejam estabelecidos alguns critérios mínimos para a concepção de movimento social, Gohn (2007) estabelece alguns aspectos. O primeiro diz respeito à expressão "grupo de interesse" que, muitas vezes, é usada pelas mídias como uma forma de movimento. Os interesses comuns de um grupo não bastam, por si só, para se definir como movimento social, pois, para isso, o grupo deve se apresentar como uma identidade em comum (como ser negro, ser trabalhador agrário, ser mulher, etc.) capaz de qualificar este grupo como um coletivo social em prol de objetivos comuns.

O segundo aspecto estabelece como conceito de movimento a ação de um grupo ao longo do processo histórico. "É a ação da classe em movimento e não um movimento específico da classe." (GOHN, 2007, p.246). Tratando-se, portanto, da capacidade de um grupo de dialogar com as mudanças que ocorrem gradativamente na sociedade, para conseguir manter sua força e capacidade de ação.

Já o terceiro atributo esclarece que ações coletivas como protestos, rebeliões, greves, ocupações, etc. compõem os diversos modos de se agir coletivamente, porém, não constituem um movimento social sozinhas.

Por último, a autora cita uma quarta característica que se refere ao espaço onde a ação coletiva acontece. Trata-se de uma ação coletiva que não é institucionalizada nem pelas organizações públicas nem pelas privadas. "Uma associação de moradores, se institucionalizada, é uma organização social. Mas faz parte de um movimento social mais amplo que é o movimento comunitário de bairros." (GOHN, 2007, p.247).

Acumulados estes conhecimentos, percebemos que a Umbanda, enquanto elemento de mobilização social, desenvolve suas ações e se insere na sociedade apresentando-se como um grupo identitário que luta pelos direitos comuns a todas as Casas de Umbanda do Brasil.

Os movimentos e ações de grupos identitários que lutam por direitos: sociais, econômicos, políticos, e, mais recentemente, culturais. São movimentos de segmentos sociais excluídos, usualmente pertencentes às camadas populares (mas não exclusivamente). Pode-se indagar, neste formato, qual o horizonte das lutas das mulheres, dos afrodescendentes, dos índios; dos grupos geracionais (jovens, idosos), grupos portadores de necessidades especiais, grupos de imigrantes sob a perspectiva de direitos, especialmente dos novos direitos

culturais [...]; e de pertencimentos identitários coletivos (um dado grupo social, língua, raça, religião etc.). (GOHN, 2010, p.13).

É importante ressaltar que, embora este grupo tenha ganhado forças ao longo dos anos, a busca por reconhecimento e garantia de direitos dos umbandistas não é recente. Desde seus primeiros relatos como culto organizado, o desafio de se manter no meio urbano, de conquistar o respeito das outras instituições religiosas e de se oficializar legalmente como religião, já se fazia presente.

No caso da Umbanda, de formação mais recente [que o Candomblé], seu desenvolvimento foi marcado pela busca, iniciada por segmentos brancos da classe média urbana, de um modelo de religião que pudesse integrar legitimamente as contribuições dos grupos que compõem a sociedade nacional. Daí a ênfase dessa religião em apresentar-se como genuinamente nacional, uma religião à moda brasileira. (SILVA, 1994, p.15).

Preocupados com a série de julgamentos ilegítimos que parte da sociedade faz em torno do que realmente é a Umbanda, alguns centros umbandistas se reuniram e compreenderam a necessidade de haver um movimento que una seus adeptos e que se esclareça à sociedade o real sentido e os propósitos da religião.

A partir de então, originaram-se alguns movimentos. Dentre eles, o Movimento Político Umbandista, que trabalha para melhorar a visibilidade da religião. Para o movimento, é de fundamental importância que a Umbanda possua uma organização politicamente e socialmente ativa.

Hoje temos a oportunidade de colocar Sacerdotes de Umbanda e Candomblé no Poder Público para fazer valer nossos direitos.

A defesa de nossos ideais vai além dos trabalhos, que normalmente são realizados nos milhares de Templos de Umbanda. Hoje se trata do social, se trata da necessidade de podermos executar nossos trabalhos sem as perseguições que existem, se trata da necessidade de caminhar de cabeça erguida, sabendo que seu filho vai ser respeitado na sociedade pela sua religião⁶.

Desta forma, a Umbanda é percebida um novo meio de mobilização política e uma oportunidade importante para que seus adeptos levantem a bandeira da religião e defendam sua liberdade de crença.

3. A busca pelo exercício da cidadania.

A partir do momento em que os umbandistas se deixam tomar pelo sentimento de busca pelo exercício dos seus direitos, há, conseqüentemente, o surgimento da busca pela própria cidadania.

Segundo Vieira (2001), historicamente, grande parte dos países eram governados preservando uma neutralidade em relação à liberdade religiosa, como a França e a

⁶ < <http://movimentopoliticoumbandista.blogspot.com.br/> > Acesso em: 25.06.2016.

Alemanha, por exemplo. Mas hoje a questão é outra. Em sociedades multiculturais como o Brasil, a cidadania ocupa um lugar diferente na dimensão política: o Estado é o lugar de todos os cidadãos, mas a humanidade de cada indivíduo não cabe apenas em ser um cidadão nacional. Agora, há a necessidade de ser identificado a partir daquilo que realmente o constitui, como ser negro, ser mulher, ser católico, ser umbandista, etc.

Há um conflito básico de identidade entre ser um cidadão e ser um membro de um grupo étnico ou religioso particular. Tomemos, por exemplo, o caso da religião, a qual tem um duplo caráter. É um corpo de crenças espirituais, mas, além disso, é também uma comunidade orientada, isto é, uma comunidade particular de crentes (judeus, cristãos, muçulmanos etc.). A identidade pessoal reside hoje mais na comunidade do que na ideia de nação. (VIEIRA, 2001, p.232).

O autor afirma que a nação moderna desenvolveu-se a partir do sentimento de dignidade no sentido igualitário. Esta noção de dignidade, embora global, se expande paralelamente à noção moderna de identidade que, por sua vez, busca reconhecer o indivíduo ou grupo como singulares em meio à sociedade.

Os direitos a igualdade e liberdade não significam mais apenas tratamento igual, ideia que nos foi legada pela Revolução Francesa. Hoje, o problema é ser tratado como igual, o que implica aceitar e reconhecer as particularidades. Assim, a expressão direitos iguais significa não somente direito a tratamento igual, mas também direito a ser tratado como igual, apesar das diferenças. (VIEIRA, 2001, p.235).

É certo que uma multiplicidade de sujeitos distintos partilha do mesmo credo na Umbanda, como mulheres, negros, pessoas de baixa renda, homossexuais, etc. desde sua formação até os dias atuais. Seja em busca de alcançar um objetivo, a cura de uma doença ou se desenvolver espiritualmente, estes indivíduos se unem em prol de um mesmo fim que é a liberdade de expressão e preservação da religião.

À vista disso, se constrói o que Maffesoli (1998) caracteriza como laço social, capaz de assegurar uma forma de solidariedade entre os sujeitos e produzir uma sensibilidade coletiva. Esta, por sua vez, ultrapassa a esfera individual e fortalece o ímpeto comunitário. O autor acredita que esta sensibilidade é tida como forma de alavancar a organicidade presente na comunidade e provocar emoção nos indivíduos, pois é este sentimento que sustentará a coletividade em meio a tantas diferenças.

Neste contexto, Bauman (2003) parte do princípio de que a comunidade se baseia em um "entendimento" que precede todas as semelhanças e diferenças que possam haver entre seus componentes, que nasce de maneira natural e quase sempre desapercibida pelas pessoas, pois:

As lealdades humanas, oferecidas e normalmente esperadas dentro do "círculo aconchegante", "não derivam de uma lógica social externa ou de qualquer

análise econômica de custo-benefício". [...] Dentro do "círculo aconchegante" elas não precisam provar nada e podem, o que quer que tenham feito, esperar simpatia e ajuda. (BAUMAN, 2003, p.16).

A comunidade é, assim, um ponto de partida para que seja criado um sentimento de união entre as pessoas capaz de se sobrepor aos fatores que as distinguem. E é sob este olhar que passamos a perceber a Umbanda.

4. A família-de-santo: o berço da comunidade

Ao estudar a Umbanda e suas origens na sociedade brasileira, percebemos que se trata de uma religião formada não apenas pelos elementos místicos que permeavam as experiências humanas da época, mas também como um grupo que permitia a expressão do “nós” entre seus integrantes. Este termo trabalhado por Maffesoli (1998) é o que favorece e conceitua a existência do sentimento coletivo. “O tipo mítico tem uma simples função de agregação. Ele é um puro ‘continente’. Exprime o gênio coletivo num momento determinado”. (MAFFESOLI, 1998, p.16).

Deste modo, a família-de-santo nos aparece como sendo o centro de organização em que se estrutura essa coletividade, e os terreiros o principal local onde se dá a reunião entre as pessoas. A partir desse sentimento coletivo, são estabelecidos os vínculos baseados no parentesco religioso, sem depender, necessariamente, de uma ligação sanguínea. Silva (1994) relata que sempre houve a família-de-santo como forma de organização dos cultos na Umbanda, inicialmente através da união de negros e mulatos “destituídos de um grupo de referência pela escravidão” (SILVA, 1994, p.57), e, com o passar do tempo, ligando-se também aos brancos e crioulos.

Essa necessidade do indivíduo de formar grupos é resultado do seu desejo de promover identificações e assegurar que suas ideologias e crenças tenham continuidade no mundo. Para Paiva (2003), mesmo com a sociedade atual passando por diversos processos de ruptura ou enfraquecimento de ideais clássicos e/ou conservadores, a família ainda permanece como base da estrutura social.

Tentar conceituar comunidade e definir suas possibilidades na atualidade significa não apenas analisar a dialética social, suas forças produtivas e relações econômicas; é preciso considerar também como base as relações intersubjetivas, nas quais está guardado o desejo profundo de todo indivíduo, que é o ter êxito no drama da existência. Por esta razão, recorrer à estrutura familiar, suas possibilidades, suas superações e ambivalências insurge-se como temática necessária. (PAIVA, 2003, p.36).

Embora a Umbanda possua esse aspecto de inclusão, ela não se caracteriza precisamente como a “comunidade emocional” analisada por Weber e utilizada por

Maffesoli (1998). Enquanto “as grandes características atribuídas a essas comunidades emocionais são: o aspecto efêmero, a ‘composição cambiante’, a inscrição local, ‘a ausência de uma organização’ e a estrutura cotidiana” (MAFFESOLI, 1998, p.17); a Umbanda, desde sua formação até os dias atuais, se populariza e se fortalece como uma religião que emerge a partir do núcleo da família-de-santo.

Segundo Silva (1994), a família-de-santo além de “irmanar” as pessoas que se integram à religião, estabelece um grau de parentesco entre elas que permanecerá até que o indivíduo, por ventura, se desvincule da religião.

Um adepto, ao se iniciar, nasce para a vida religiosa como “filho” espiritual do seu iniciador, o pai ou a mãe-de-santo. Tendo o iniciado um pai ou mãe-de-santo, terá também irmãos/irmãs-de-santo (os iniciados por seu pai de santo), tios e tias-de-santo (os irmãos/irmãs de seu pai-de-santo), avô e avó-de-santo (pai ou mãe-de-santo do seu pai-de-santo) e assim sucessivamente. A esses “parentes” religiosos, deve-se a consideração, o respeito, o amor e a obediência que, supõe-se, deveriam existir entre os membros de qualquer família; ou ainda mais, pois são pessoas unidas por vínculos sagrados. (SILVA, 1994, p.57).

Nesta compreensão do grupo familiar, Paiva (2003) faz referência a Nietzsche quando o autor afirma que, para haver a consolidação de uma instituição, é necessário que haja antes um desejo de tradição e preocupação com as gerações futuras, gerando uma solidariedade entre as cadeias de gerações. Na religião umbandista, essa tradição se consolida através dos costumes inseridos nos cultos em que o pai ou mãe-de-santo transfere seus conhecimentos para seus filhos-de-santo, tais como a preparação de um banho com ervas, a elaboração dos alimentos ofertados às entidades, as vestimentas específicas para cada ritual, etc.

Para Maffesoli (1998), os costumes são características típicas dos grupos contemporâneos, pois são justamente estes hábitos em comum aos indivíduos que permitirão que o grupo se reconheça como aquilo que ele realmente é.

Sabemos, no entanto, e numerosos historiadores das religiões mostraram bem, que o sagrado é misterioso, assustador, inquietante, e que é necessário cativá-lo e negociar com ele. Os costumes têm essa função. Eles são para a vida cotidiana aquilo que o ritual é para a vida religiosa *stricto sensu*. Além disso é importante observar que, particularmente, na religião popular é muito difícil fazer uma separação entre costumes e rituais canonicamente estabelecidos, o que, aliás, tem sido a tarefa constante da hierarquia eclesiástica. Podemos dizer, então, que da mesma maneira que o ritual litúrgico torna a igreja visível, o costume faz uma comunidade existir como tal. (MAFFESOLI, 1998, p.32).

Considerações finais

Na realização desta pesquisa, notamos que a Umbanda vai muito além de uma simples crença ou cultos estereotipados por uma sociedade que ainda se mantém

retraída a estudá-la em profundidade. Constatamos que a Umbanda é um verdadeiro grupo agregador de culturas e de indivíduos capaz de produzir movimentos, como o Movimento Político Umbandista citado anteriormente.

Diferentemente do início de sua formação, hoje a Umbanda tem força para conseguir se manter como uma comunidade que, a partir da família-de-santo, constrói laços para além do terreiro. Porém, é necessário compreender que a realidade ainda não é a ideal. A busca pelo respeito e pelo fim de conotações equivocadas que influenciam a opinião pública ainda permanece no cotidiano das Casas de Umbanda brasileiras.

Por isso, é a partir de trabalhos, como a Carta Magna de Umbanda, que os umbandistas encontram estímulo para proteger sua crença de forma legítima e cobrar de órgãos governamentais e não governamentais que respeitem os direitos existentes na Constituição Brasileira.

Contudo, a pesquisa não se esgota neste trabalho. Como refletimos, a Umbanda ainda enfrenta uma realidade de preconceitos e incompreensões, fazendo com que movimentos em defesa da religião surjam a todo momento, necessitando sempre de novas análises.

Apêndices

Carta Magna de Umbanda

- 1.** Umbanda é uma religião espiritualista de doutrina afro-indígena-euro-brasileira.
- 2.** É uma religião monoteísta, que crê na existência de um Deus único, inteligência suprema, causa primária de todas as coisas, eterno onipotente, onipresente, soberanamente bom e justo.
- 3.** A Umbanda crê e cultua de forma própria os Orixás Africanos sincretizados com os Santos Católicos, Guias e Mentores Espirituais que, como ministros de Deus, zelam e O auxiliam na realização de Sua obra.
- 4.** A Umbanda crê na reencarnação e na incorporação das entidades espirituais, em vidas sucessivas, no aprimoramento espiritual e aperfeiçoamento do ser humano para conduzi-lo a Deus.
- 5.** O espírito denominado Caboclo das Sete Encruzilhadas, incorporado no médium Zélio Fernandino de Moraes no dia 15 de novembro de 1908, em São Gonçalo das Neves / RJ – data que reconhecemos como sendo o nascimento da Umbanda - anunciou:
“Com os espíritos evoluídos e adiantados aprenderemos; aos atrasados ensinaremos e a nenhum negaremos uma oportunidade de comunicação”.

6. A Umbanda considera a natureza com tudo que ela encerra como a obra máxima do Criador, sendo o altar de Deus – o lugar onde se pode com Ele conversar, porquanto, preservar a natureza é obrigação de fé de cada umbandista.

7. A Umbanda é uma religião sincrética fruto da cultura religiosa de três segmentos: branco do elemento europeu, colonizador; negro – escravizado na África para laborar na terra e o indígena que já ocupava esta terra, portanto, não admite qualquer forma de preconceito, discriminação ou intolerância.

8. A Umbanda tem liturgia e ritos próprios derivados da diversidade de raças e culturas que a fundamentam. São práticas litúrgicas umbandistas:

8.1 - A preparação e formação mediúnica e sacerdotal;

8.2 – O Batismo;

8.3 – O Casamento;

8.4 – Os Ritos Fúnebres.

9. Constituem símbolos da Umbanda:

9.1 O Hino a Umbanda;

9.2 A Bandeira da Umbanda;

9.3 O Juramento Umbandista.

10. Sendo a Umbanda a manifestação do espírito para a prática da caridade deverá sempre ser exercida sem remuneração, salvaguardada a sustentação financeira da organização religiosa.

11. O adepto da religião de Umbanda deve sempre seguir a ética religiosa e a lei dos homens.

12. Todo irmão umbandista que desejar fazer parte do corpo mediúnico de um Templo deverá prestar o “Juramento Umbandista”.

13. A Umbanda defende uma sociedade em que todas as religiões sejam igualmente respeitadas, a promoção da tolerância como princípio republicano e a preservação da educação pública laica.

14. A Umbanda será sempre uma casa de portas abertas para todos.

Justos e perfeitos, os subscritores desta, a qual estará aberta a adesões, reafirmam o compromisso permanente com o engrandecimento da Umbanda e seus valores magnos.

São Paulo, 13 de novembro de 2015.

Federação Umbandista do Grande ABC

Babalaô Ronaldo Antonio Linares

União de Tendas de Umbanda e Candomblé do Brasil

Jamil Rachid (Pai Jamil)

Federação de Umbanda e Candomblé do Estado de São Paulo

Carlos Roberto Salun (Pai Salun)

Organização Federativa de Umbanda e Candomblé do Brasil – Primado do Brasil
Presidente Maria Aparecida Naléssio

Supremo Órgão de Umbanda e Candomblé dos Filhos de Tupinambá do Estado de São Paulo

Reinaldo dos Santos Tupinambá (Pai Reinaldo)

Associação Beneficente Paulista de Umbanda

Edson Izidro dos Anjos (Pai Edson)

Associação de Umbanda Espiritualista do Estado de São Paulo

Sandra Santos

União Regional Umbandista da Zona Oeste Grande São Paulo

Cláudio Franco de Lima (Pai Cláudio)

Federação de Umbanda e Cultos Afro-Brasileiros de Diadema

Cássio Lopes Ribeiro (Pai Cássio)

Federação de Resistência da Cultura Afro-Brasileira

Waldir Persona (Pai Valdir)

União Municipal Umbandista de Guarulhos

José Juvenal dos Santos (Ogan Juvenal)

Associação Brasileira dos Umbandistas e Candomblecistas

Marco Campos

Dr. Hédio Silva Jr., Advogado, Mestre em Direito Processual Penal e Doutor em Direito Constitucional pela PUC-SP,

Consultor Jurídico da FUG"ABC".

Dra. Juliana Ogawa, membro da Comissão

de Direito e Liberdade Religiosa da OAB-SP

Assessora Jurídica da AUEESP e do Primado do Brasil

< <http://congartamagna.wix.com/congartamagna#!carta-magna/cx3> > Acesso em: 25.06.2016.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

CONGRESSO NACIONAL DA UMBANDA. "Carta Magna da Umbanda". 2015. Disponível em < <http://congartamagna.wix.com/congartamagna#!carta-magna/cx3> >. Acesso em: 25.06.2016.

DIRETORES DO MOVIMENTO POLÍTICO UMBANDISTA. "**Movimento político Umbandista**". 2014. Disponível em < <http://movimentopoliticoumbandista.blogspot.com.br/> >. Acesso em: 25.06.2016.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 6 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

_____. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

ORTIZ, Renato. **A morte branca do feiticeiro negro**: Umbanda e sociedade brasileira. 2 ed. São Paulo: Vozes, 1991.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum**: comunidade, mídia e globalismo. 2 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Candomblé e Umbanda**: caminhos da devoção brasileira. São Paulo: Ática, 1994.

VIEIRA, Listz. **Os desafios da cidadania**. Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001.